**ATA DA 28.ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**PERÍODO ORDINÁRIO**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**5ª LEGISLATURA**

Aceguá, 08 de outubro de 2018

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às quinze horas e cinco minutos, no Plenário Ecesar Pintos, da Câmara Municipal de Vereadores de Aceguá, o Senhor Presidente, Vereador Alfredo Castillos de Los Santos-PSDB, após verificar a existência de número legal deu por aberta a Sessão, solicitando ao 1.º Secretário, Vereador Dalmiro Almeida-PP, que procedesse a chamada dos demais Vereadores, estando presentes pelo MDB: Anderson Barcelos Correa, Edmundo Pichler, Liziane Jardim e Luis Eduardo Nunes Gonçalves; pelo PDT: Beatriz Priebe Silveira; pelo PSDB: Jacqueline Ferreira e Odete da Silva Ribeiro. A seguir, solicitou a leitura da ata da Sessão anterior, que após discussão e votação foi aprovada por unanimidade. Em continuidade, solicitou a leitura do EXPEDIENTE EXTERNO onde constaram os protocolos n.ºs: 0610 e 0616/2018. A seguir, inscrita em PALAVRA NO EXPEDIENTE, fez seu pronunciamento a Vereadora Odete da Silva Ribeiro. Na sequência, o Presidente passou para EXPLICAÇÕES PESSOAIS, quando fizeram uso da tribuna, os Vereadores Edmundo Pichler, Dalmiro Almeida, Jacqueline Ferreira e Beatriz Priebe Silveira. Prosseguindo, solicitou à 1.ª Vice-Presidente, Vereadora Beatriz Priebe Silveira, que assumisse os trabalhos para que pudesse se manifestar. Reassumindo, solicitou ao Secretário, a leitura do EXPEDIENTE INTERNO onde constaram os requerimentos n.ºs: 0599/2018 – Da Vereadora Odete da Silva Ribeiro; 0600/2018 – Da Vereadora Beatriz Priebe Silveira; 0601/2018 – Da Vereadora Liziane Jardim; 0604 a 0606/2018 – Da Vereadora Jacqueline Ferreira. Ato contínuo, solicitou a leitura dos expedientes que BAIXARAM PARA AS COMISSÕES TÉCNICAS, sendo: a) Para a COMISSÃO DE ALIMENTAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA: PROCESSO n.º 0611/2018 – Da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL – “Of. n.º 94/2018 encaminhando o Relatório de Gestão do 2.º Quadrimestre/2018”; b) Para as COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA e de FINANÇAS E ORÇAMENTO: PL n.º 065/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza o Poder Executivo a proceder suplementação de dotações orçamentárias no valor de R$69.500,00”; PL n.º 066/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza contratação emergencial”; PL n.º 067/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Altera parcialmente a Lei Municipal n.º 108, de 1.º de outubro de 2002”. A seguir, solicitou a leitura de PARECERES sobre o seguinte: PL n.º 061/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Altera parcialmente a Lei Municipal n.º 108, de 1.º de outubro de 2002”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria; (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores. Posteriormente, solicitou a leitura dos PROJETOS EM TRAMITAÇÃO, sendo: Em SEGUNDA DISCUSSÃO: PL n.º 062/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza contratação emergencial de servente/merendeira”. Ato contínuo, o Presidente interrompeu a reunião, atendendo solicitação da Líder da Bancada do PSDB, Vereadora Jacqueline Ferreira. Reabrindo os trabalhos, havendo número legal o Presidente deu início à ORDEM DO DIA, com votação de PARECER sobre PROJETO DE LEI ORDINÁRIA, bem como, de MENSAGEM RETIFICATIVA e de PROJETOS DE LEIS

ORDINÁRIAS, sendo: a) VOTAÇÃO DE PARECER sobre: PL n.º 054/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Cria a Ouvidoria Geral do Município”. Na oportunidade, o Presidente voltou a interromper a reunião, atendendo à solicitação do Líder da Bancada do MDB, Vereador Edmundo Pichler. Na nova reabertura, o PARECER foi colocado em votação, tendo sido aprovado por unanimidade; PL n.º 057/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza Contratação emergencial”, aprovado de forma unânime; b) VOTAÇÃO DE MENSAGEM RETIFICATIVA: PROCESSO n.º 0520/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Mensagem Retificativa ao PL n.º 037/2018”, aprovado unanimemente; c) VOTAÇÃO DE PROJETOS DE LEIS ORDINÁRIAS: PL n.º 037/2018 – Do PODER EXECUTIVO - Com Mensagem Retificativa – “Altera parcialmente a Lei Municipal n.º 108, de 1.º de outubro de 2002”, aprovado por unanimidade; PL n.º 055/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Institui o Programa Municipal de Educação Fiscal do município de Aceguá”, aprovado de forma unânime; PL n.º 056/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Institui o Programa Municipal de Premiação a consumidores, mediante a utilização da Plataforma Nota Fiscal Gaúcha do Estado do Rio Grande do Sul”, aprovado unanimemente. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aceita, vai devidamente assinada.

 Presidente Secretário